

IBIÚNA, 68: UM COMPLICADO MOMENTO DE UM GRANDE ANO

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida¹

1968 foi um dos anos mais importantes da história do acelerado século XX. Ao contrário do que muitos pretendiam, sob as mais diversas formas (ação política direta, novos modos de vida, inovações estéticas de vanguarda ou de massa), não se transformou o mundo, mas muita coisa mudou. Foi o que ocorreu, por exemplo, nas relações de gênero. Complexificaram-se as formas de exploração das mulheres proletárias e semiproletárias, mas ampliaram-se consideravelmente as possibilidades de participação feminina em todas esferas da vida social. Em grande parte do mundo, esta participação adquiriu uma legitimidade impensável cinquenta anos atrás, exceto para círculos muito restritos. Barack Obama não é um revolucionário radical e cerca de 20% da população negra estadunidense está criminalizada (na cadeia ou aguardando julgamento em liberdade), mas, em meados do século passado, a possibilidade de um candidato negro ser eleito presidente dos EUA era algo impensável. Ainda em 1967, na comemoração dos cinquenta anos da Revolução de Outubro, mesmo publicações de direita (até por isso mesmo) alertavam para o crescimento da URSS e a possibilidade de que ela superasse os EUA na disputa econômica, até porque já estava, desde 1957, ganhando a corrida espacial. E – aspecto muito pouco mencionado – grande parte das lutas que se travaram em 1968 foi tremendamente crítica, sob múltiplos aspectos, em relação à União Soviética. O que não se imaginava é que ela entrasse

¹ Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS).

em colapso após curtíssimas duas décadas. Quem criticava o sistema soviético pela esquerda já apontava sua crise mas não aguardava um desfecho tão desfavorável a uma profunda revolução socialista.

Sim, pois, para muitos, a revolução socialista estava na ordem do dia, com profundas repercussões no interior da própria URSS, da mesma forma que dois objetos de grande nostalgia nestes tempos de barbárie neoliberal, a social-democracia em países de capitalismo avançado e o desenvolvimentismo em alguns pontos da periferia (Brasil incluso), eram objeto de severas críticas. A vida mostrou que, mesmo nos quadros do sistema capitalista, muita coisa pode mudar para melhor em um contexto de degradação cada vez maior. Veja-se, por exemplo, o risco de catástrofe ecológica e a falta, em gigantescos contingentes das classes populares, de projeto de sociedade alternativo ao capitalismo em vias de ingressar em nova e profunda crise. Por outro lado, são imensas as possibilidades (e a necessidade) objetivas de, caso ainda reste algum tempo para a humanidade, se construir um outro mundo aqui mesmo.

É com o olho no futuro que dirijo minha atenção para os processos políticos e culturais que se concentraram no ano de 1968. Neste caso, o mais importante para mim é examinar um período em que se descobriram novas formas de fazer política. Atrai-me a criatividade e intensa participação de massa, sem a qual não haveria vitória do Vietnã ou das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos as heróicas greves de Contagem e Osasco e mesmo a intervenção operária no comício oficialista do primeiro de maio na Praça da Sé.

Para clarear esta problematização, troco a análise mais abstrata por um depoimento de alguém que, como elemento de base, participou, um tanto perplexo do movimento estudantil daqueles anos em que mudar a vida parecia ao alcance da mão.

Em 1967, ingressei no Partido Comunista Brasileiro, onde atuei com empenho mas era muito indisciplinado. No mesmo ano, saí da Universidade Federal de Goiás (curso de História e Geografia) e, em busca de novos ares, ingressei na Universidade de Brasília. Sem a menor preocupação de seguir carreira acadêmica (dizia que procurava estudar “disciplinas” e não fazer cursos), ingressei de cabeça nas lutas estudantis. Particpei da ocupação da três salas de aulas, transformadas nos alojamento Marilu I, II e III (bem-humorada referência à secretária do serviço social do campus). Vivíamos quase comunitariamente a poucos metros das salas de aula, da biblioteca, da quadra de esportes e do restaurante universitário. E a

poucos quilômetros do lago, onde alguns esfomeados ou tremendamente pobres fígavam alguns peixes para completar a refeição, especialmente no domingo à noite, quando não havia janta no RU. Vivi intensamente isso: estudei, joguei bola, pesquei, assisti a muitos filmes no cineclube que, salvo engano, funcionava no auditório da Reitoria. Acabei me elegendo presidente do Diretório Acadêmico de Ciências Humanas.

O aspecto mais desagradável era quando a polícia (às vezes também o exército) invadia a UnB, nos acordava a golpes de cassetetes e nos prendia na quadra de esportes. Além de politicamente educativo, era até divertido assistir aos esforços de alguns congressistas e altos funcionários para convencerem os PMs a liberarem seus pimpolhos, alguns morrendo de vergonha por esta inconveniente interferência paterna. A vida de PM parecia difícil. Não deviam ganhar bem, ignoravam o que faziam ali e, além da pressão dos paisanos, havia os atritos com a polícia civil (isto não mudou), o que não evitava desavenças de ambas as “forças” com vistosos funcionários do SNI, que, naquela barafunda, os soldadinhos confundiam com a granfinagem, talvez deputados, senadores ou assemelhados. Por outro lado, havia um importante apoio parlamentar à luta estudantil.

Não era por simples malvadeza que a ditadura ordenava invasão da universidade. A luta estudantil era intensa, dentro e fora do campus e contava, em seus melhores momentos, com a solidariedade ou mesmo participação ativa de numerosos habitantes da cidade. A FEUB (o DCE da época) promoveu assembléias conjuntas de estudantes e não estudantes que, na maioria, habitavam no Plano Piloto de Brasília. Ao menos uma delas foi realizada em uma superquadra. Lembrome de quando um popular pediu a palavra e, após declarar sua concordância com as principais deliberações, manifestou estranheza por, até aquele momento, não ouvir uma única vez, o nome de Deus. Com muita determinação e muito respeito, um combativo líder estudantil que, mais tarde, foi trucidado pela ditadura militar, ao explicar que existiam várias maneiras de se referir a Deus, destacou a figura de Camilo Torres, o padre guerrilheiro morto na Colômbia, em 1966. Por diversas vezes, quando, no final da tarde, se parava o trânsito na W 3, os motoristas, além de receberem calorosamente os panfletos que lhes eram entregues, expressavam verbalmente solidariedade à luta contra o regime (mais tarde, isso mudou).

Dentro do campus, a luta estudantil estava em clara ofensiva. Em reuniões regulares feitas com o reitor, conseguiam-se contratar docentes qualificados para substituir, em alguns cursos, os que foram demitidos em 1965. E ao menos um

professor que, em conluio com a ditadura, facilitou a violenta repressão a uma assembléia no campus foi expulso da sala de aula (e da própria UnB) por uma grande manifestação estudantil. O “território livre” da UnB até podia ser invadido, mas a um custo político muito grande. O que não evitava provocações oriundas do aparato repressivo. Por exemplo, um policial civil estacionou sua viatura perto do RU em pleno horário da janta. Foi detido, interrogado por uma assembléia estudantil, passou a noite na UnB. Que eu saiba – e segundo suas próprias declarações – foi muito bem tratado. Antes do amanhecer, a universidade foi cercada e choveram ameaças de invasão caso o policial não fosse imediatamente libertado. A cada telefonema que recebia, o Reitor comunicava que o secretário de segurança dizia não dispor de mais de cinco minutos para resolver o caso, pois estava impotente diante das pressões para que a universidade fosse invadida. Mas a liberação do provocador somente ocorreu, diante da própria Reitoria, com a presença de jornalistas do Brasil e do exterior, no horário determinado pelas direções estudantis.

Um acontecimento memorável no “território livre” da UnB foi a conferência de Florestan Fernandes, talvez no final de maio. O evento era dirigido aos estudantes, o que não impediu que o reitor, simpaticamente apatetado, “invadisse” o palco, pedisse desculpas pela intromissão e homenageasse o visitante cuja obra era uma imensa contribuição para as Ciências Sociais. Retirou-se rapidamente e Florestan, de pé, transmitindo serenidade e coragem, iniciou sua erudita palestra. Ficamos contentes quando ele nos contou que, quando jovem, era ultra-radical, mas agora (1968), já maduro, era apenas radical.

Antes de Ibiúna, fui a Belo Horizonte, onde participei, em um convento, do Conselho Ampliado Deliberativo da UNE. O padrão era o clandestino, até porque foi bem sucedido nos dois nacionais anteriores (1966 e 1967). Até chegarmos ao local do Congresso, zanzamos muito por BH e, no final, um colega de maior iniciativa, desceu do ônibus onde estávamos, entrou em um táxi, comunicou o endereço e seguimos atrás. Na disputa de posições que pareciam antagônicas, berramos a noite toda, sempre rodeados pelas freiras, que de pé, em silêncio, às vezes cochilando, com um sorriso que não significava necessariamente aprovação, se desdobravam para que ficássemos bem. Imagino que suas preces foram reforçadas por duas forças terrenas. O próprio secretário de segurança pública declarou que não ia perder tempo com estudantes, pois seu problema eram operários e bancários. Trabalhadores enfrentavam a ditadura militar.

O congresso de Ibiúna foi do mesmo tipo, só que bem mais exagerado e em um outro momento político.

A segunda greve operária de Contagem estava derrotada, a Frente Ampla, liderada por JK, João Goulart e Carlos Lacerda, revelara-se um fiasco, os setores mais opositores da classe média refluíram. Em Brasília, a solidariedade dos motoristas diante de nossas manifestações era crescentemente substituídas por censuras e xingamentos de quem achava que não tinha tempo a perder com desordeiros. E, ofensiva de cerco à oposição parlamentar mais combativa, o próprio Congresso entrava na linha de tiro da ditadura militar.

A conjuntura mudou para pior e aqui a quantidade fez diferença qualitativa. Além da contradição de um evento massivo (cerca de 900 pessoas) se realizar secretamente, segundo critérios pretensamente técnicos, não havia qualquer estrutura para se tentar este empreendimento, por mais quixotesco que fosse. A odisséia às avessas que um grupo da UnB, no qual eu me incluía, realizou para chegar àquela fazenda em Ibiúna me leva a supor que, bastaria acompanhar nossas trapalhadas para descobrir o local do congresso. De nossa parte, caminhamos, com nossos próprios pés, para uma situação em que não havia alternativa para a derrota. Uma vez todos reunidos, em um só lugar, coube a representantes da ditadura decidir quanto à conveniência política de nos prender. Do ponto de vista deles, acertaram na escolha. Aquele vigoroso ciclo de lutas estudantis não se encerrara ainda resistiria. Mas uma fase dele, marcada por uma forte presença de massas, caminhou rapidamente para o seu final.

É claro que a realização de um congresso naquelas condições – e não em um ambiente marcado pela presença de massas, como uma grande universidade – deveu-se, em grande parte, ao sectarismo que tomava conta da grande maioria de nós. Mas esta é uma explicação de caráter mais geral. Se escarafuncharmos um pouco mais, talvez descubramos um sectarismo de caráter tecnocrático que tanto se enraizou nas estruturas hierárquicas que marcam as relações sociais contemporâneas a ponto de, a semelhança com o ar que respiramos, passarem desapercibidas. A decisão foi, no contexto, formalmente democrática (6 votos a 4). Mas expressou, no frígido dos ovos, um centralismo autoritário que conduziu um movimento de massas já debilitado a um beco sem saída.

Grandes ideais não se realizam por si sós. Dependem em larga medida dos dispositivos organizacionais nos quais se inserem.

Quarenta anos depois, o Congresso de Ibiúna, momento importante de

uma fase heróica e criativa de lutas estudantis (e não só), deve ser comemorado com muito carinho. Mas ainda me provoca uma sensação estranha. Apesar de fazer parte de lutas anti-sistêmicas, apresenta aspectos parecidos com o mundo contra o qual se lutava e que se estabilizou até os dias de hoje.

Ibiúna merece exames mais aprofundados. Também por isso, que fique vivo em nossa memória.